

Oposição prevê semana polêmica na CMS

Dois projetos do Executivo, um que trata do IPTU e outro do ITIV, devem ser discutidos

ROMULO FARO
REPÓRTER

Esta semana deve ser agitada na Câmara Municipal de Salvador com a expectativa de votação de dois projetos do Executivo. Uma matéria trata sobre alterações e revogações de itens das leis vigentes sobre o IPTU (Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana) e o ITIV (Imposto sobre Transferência de Intervivos). O outro projeto, que chegou à Casa somente nesta semana, trata especificamente de benefícios para os servidores da educação municipal, de acordo com o líder da oposição no Legislativo, vereador José Trindade (PSL). Em entrevista à *Tribuna*, ele afirmou que "vai ter confusão porque os servidores da educação vão acabar sendo prejudicados".

"Acho que por inexperiência e incompetência, a prefeitura de Salvador mandou esse projeto que aprovamos nesta semana com benefícios para os servidores e deixou de fora o pessoal de educação. Mesmo que a gente aprove amanhã, será grande o risco de os servidores ficarem de fora da folha de pagamento deste mês. Como é que o prefeito manda um projeto sobre os vencimentos dos servidores e deixa o pessoal da educação de fora? Isso vai criar uma polêmica na Casa", advertiu Trindade.

Sobre o projeto que altera os impostos, o líder da minoria afirma que não acredita que haja votação amanhã. "O projeto ainda não tem parecer da Comissão de Finanças e Orçamento da Casa. Só passou pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) até agora. É um projeto complexo, e até agora a prefeitura não fez uma apresentação aos

vereadores, nem mesmo uma audiência pública sequer. Acredito que não será votado desse jeito", ponderou o vereador José Trindade.

Na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) a expectativa é de movimentação menos intensa do que na Câmara Municipal de Salvador. Na pauta de votações está apenas um projeto de lei do governo do Estado que pede autorização para que o Executivo possa renegociar dívidas de empréstimos firmados com recursos do Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A matéria começou a ser votada nesta semana, mas a bancada de oposição pediu vistas e a apreciação foi suspensa.

Tranquilo, o líder do governo, deputado Zé Neto (PT), disse à *Tribuna* que a votação deve ser concluída amanhã. "Vamos tentar ao máximo negociar com a oposição para votar na amanhã. Não temos muita pressa. Eles pediram vista e vamos buscar entendimento para votar logo na próxima semana", afirmou o petista.

ESTA semana deve ser agitada na Câmara Municipal de Salvador com a expectativa de votação de dois projetos do Executivo, um do IPTU e outro do ITIV



Por ordem de Moro, Cunha continua preso no DF

LUIZ VASSALLO E FABIO
SERAPIÃO
O ESTADO DE S. PAULO

O juiz federal Sérgio Moro negou, mais uma vez, pedido da defesa do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para ficar mais tempo preso em Brasília, para onde foi transferido por autorização do magistrado com o fim de prestar depoimento ao juiz Vallisney de Oliveira,

da 10ª Vara Federal. Parte inferior do formulário. Quando foi enviado ao Distrito Federal, o peemedebista solicitou permanência definitiva em Brasília, no Complexo Penitenciário da Papuda, indeferida por Moro, em agosto. Nesta sexta-feira, o juiz da Lava Jato voltou a negar, desta vez, um pedido para que Cunha permanecesse em Brasília até as alegações finais do processo pelo qual responde à 10ª Vara Federal, perante ao magistrado Vallisney de Oli-

veira.

"Descabe a prorrogação da permanência até a apresentação das alegações finais e/ou até a prolação da sentença, eis que tais atos não demandam a presença do acusado perante o Juízo da 10ª Vara Federal de Brasília/DF", anotou Moro. O interrogatório de Cunha em processo pelo qual responde em Brasília foi adiado para dia 9 de outubro, quando ele deve prestar seu depoimento e voltar para Curitiba.

Moreira Franco diz que situação no Rio é constrangedora

ROBERTAPENNAFORT
O ESTADO DE S. PAULO

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, disse ontem que a integração entre os governos federal e estadual para controlar a violência no Rio de Janeiro não tem prazo para acabar, nem deve durar apenas "um governo". Ele classificou o quadro de segurança no Estado de "constrangedor".

"Terá o prazo necessário para diminuir arrogância e a prepotência do crime organizado. A situação é muito difícil, terrível, constrangedora, inquietante", ele afirmou, ao participar do lançamento, no Rock in Rio, do calendário de eventos "Rio de Janeiro a janeiro". A iniciativa tem como objetivo turbinar o turismo no Estado, principalmente na capital, gerar emprego e renda e dar mais chances aos jovens de comunidades pobres.

O calendário anunciado, idealizado por empresários do setor de entretenimento, como Ricardo Amaral e Roberto Medina (presidente do Rock in Rio), começa no réveillon de Copacabana e se estende até dezembro de 2018. São cerca de 100 eventos, nas áreas de cultura, esporte, negócios, moda, gastronomia, entre outras, que receberão chancela e recursos federais, num total de R\$ 150 milhões em patrocínios. A expectativa é que movimentem investimentos privados da ordem de R\$ 1 bilhão.

A meta é elevar o volume de turistas no Rio em 20%, inicialmente, o que geraria 170 mil novos empregos e injeção na economia de R\$ 6,1 bilhões, segundo estimativa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada para monitorar o projeto. A ideia é que este seja apenas o primeiro calendário anual nesses moldes. O controle da violência é um pressuposto para que dê certo e tenha prosseguimento.

Desaprovação de Lula cai e de Moro sobe, mostra sondagem

AGÊNCIA ESTADO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve seu índice de desaprovação reduzido e sua taxa de aprovação ampliada em setembro na comparação com o mês anterior, segundo o mais recente Barômetro Político, pesquisa mensal de credibilidade realizada pelo instituto Ipsos. O percentual da população que não concorda com a atuação de Lula caiu de 66% para 59%, enquanto a parcela da sociedade que o aprova subiu de 32% para 40%, a maior em dois anos de levantamento - apenas 1% não soube opinar.

Ao mesmo tempo, o juiz federal Sérgio Moro, que condenou Lula e é símbolo da Lava Jato, alcançou uma taxa de desaprovação de 45%, recorde desde setembro de 2015. As impressões da população sobre Lula, Moro e demais personalidades foram colhidas entre os dias 1º e 14 deste mês, ou seja, captam o efeito do depoimento de Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda de Lula e da Casa Civil de Dilma Rousseff. No dia 6, o petista afirmou a Moro que o ex-presidente tinha um "pacto de sangue" com a Odebrecht por propinas e que a empresa colocou à disposição do PT, no fim de seu mandato, um total de R\$ 300 milhões. Entre agosto e setembro, Lula foi o presidenciável com a maior taxa de aprovação, perdendo apenas para Moro e o apresentador de TV Luciano Huck - os dois negam interesse em disputar o cargo.

Jair Bolsonaro (PSC-RJ), pré-

candidato à sucessão de Michel Temer, soma dois revés no Barômetro Político deste mês: o total de entrevistados que o rejeita subiu de 56% para 63% (a pior taxa em dois anos) e a parcela que aprova sua atuação caiu de 21% para 19%, ainda que dentro da margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos. Para Danilo Cersosimo, um dos responsáveis pela pesquisa Ipsos, o levantamento atual não colocou Bolsonaro consolidado em segundo lugar na preferência do eleitorado, mas mostrou que Lula alcançou talvez seu maior patamar. "Dificilmente ele passará disso. A rejeição a seu nome é ainda muito grande, difícil de reverter", avalia.

O cientista político Carlos Melo, professor do Insper, afirmou que os grupos que aprovam e desaprovam o ex-presidente têm similaridades entre si. "Eles não mudam suas opiniões, a posição desses grupos não está conectada com os fatos. Não há como reverter isso. Lula tem um piso do qual ele não passa. Assim como, podemos dizer que ele tem um teto que não passará também. Nesse sentido, Lula é um candidato forte de primeiro turno, tem capacidade para fazer uma grande bancada na Câmara. Agora, isso também indica que ele deve enfrentar sérias dificuldades para vencer uma eleição de segundo turno", analisa Melo. Segundo o também cientista político Cláudio Couto, da FGV-SP, o embate entre Lula e Moro parece estar criando uma vitimização do ex-presidente.

Merkel confirma que vai negociar nova coalizão na Alemanha

AGÊNCIA ESTADO

A chanceler da Alemanha, Angela Merkel, confirmou ontem que vai liderar a formação de uma nova coalizão para iniciar seu quarto mandato como chefe de governo. O anúncio foi feito em seu discurso de vitória, proferido no quartel-general do Partido Cristão-Democrata (CDU), em Berlim. A atual premiê reconheceu que seu partido obteve um resultado inferior ao esperado, mas atribuiu isso ao desgaste provocado pelos 12 anos de exercício do poder. "O CDU esperava resultados melhores, mas não vamos esquecer, diante do desafio extraordinário, que nós atingimos nossos objetivos estratégicos: nós somos o partido mais forte", argumentou a chanceler, que vai dar início a seu quarto mandato. "Nós temos o mandato para formar o novo governo e nós vamos formar o novo governo."

Segundo Angela Merkel, um dos desafios de seu governo e de seu partido será retomar a confiança dos eleitores que nos últimos anos migraram para o Alternativa para a Alemanha (AfD), partido de extrema direita criado em 2013 e que, nesse intervalo, cresceu de 4,7% dos votos para cerca de 13%, tornando-se a terceira maior força política do país. "Essa também foi a eleição na qual vimos a chegada ao Parlamento do AfD. Nós vamos conduzir uma profunda análise. Nós queremos reconquistar os eleitores que votaram pelo AfD, e descobrir suas preocupações", sustentou. A chanceler, que com a decisão do Partido Social-Democrata (SPD) de partir para a oposição tem apenas uma alternativa de coalizão, com Verdes e Liberais-Democratas, garantiu que seu quarto governo vai trabalhar para reunir os países da União Europeia em uma luta contra as causas da imigração.

PONTO DE VISTA

Política a serviço da sociedade

Vivendo sua maior crise há alguns anos, o Brasil passa por problemas econômicos, sociais e políticos, mas, principalmente, passa por uma crise de representatividade - a população brasileira não se vê representada pelos políticos em que votaram. Os brasileiros têm observado que poucos políticos estão fazendo jus a confiança que lhes foi depositada nas urnas.

Na última eleição, em 2014, elegemos nossos representantes em nível de governo estadual, deputados estaduais e federais e presidente da República. Em meio a tan-

tos escândalos de corrupção e mentiras a classe política vem tentando sobreviver à Operação Lava Jato. O quadro atual nos leva para uma reflexão: o que é ser um bom político?

No contexto da antiga politicagem, o bom político brasileiro é aquele que promete um novo mundo, sentado na mesa de num bar para beber com seu eleitorado, ou ainda aquele cara simpático, que na véspera das eleições oferece cestas básicas para aquelas famílias que sofrem com a seca.

Poderíamos dizer que um bom político é aquele ético e honesto. Mas, essas

são características que devem ser inerentes a qualquer bom cidadão e não necessariamente um bom cidadão pode ser tomado como um exemplo de um bom político. Além do conjunto de atitudes que compõe o caráter de um cidadão, é preciso para o bom político ter habilidades de relacionamento, capacidade administrativa e ideias propositivas.

Um bom político não é aquele que enxerga política como profissão, mas como uma oportunidade de melhorar o bem comum, a vida da coletividade. Um bom político não é aquele que propõe inúmeros projetos, mas aquele que sabe focar no

que é necessário para a maioria. Um bom político é aquele que tem conhecimento daquilo que o povo precisa e este conhecimento deve ser sempre a favor do povo.

Estamos evoluindo como sociedade e precisamos entender nosso papel. Temos que interagir com nossos representantes, buscando informações, cobrando soluções para os problemas sociais. O papel do político é ser um representante da sociedade, ser alguém aberto a receber as demandas vindas da sociedade, principalmente as coletivas. A principal característica que faz de um cidadão

um bom político é sua capacidade de colocar o interesse público acima dos seus próprios interesses.

O livro "O Monge e o Executivo", de James C. Hunter, deveria ser uma leitura obrigatória para os que ingressam na carreira política. Através dele, é possível entender que liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente, visando atingir aos objetivos identificados como sendo para o bem comum. O papel do líder é servir constantemente ao povo. O papel do político deve ser o de servir diuturnamente a sociedade.

Um bom político é aquele que cuida para que todos tenham acesso aos serviços públicos, em especial a saúde, educação, saneamento,

habitação, lazer, infraestrutura, etc., e luta para que esses serviços sejam eficientes e de qualidade. É aquele que busca oportunidades para que os menos favorecidos saiam das condições de miséria e possam ascender na vida, e que cuida para que o dinheiro público não seja desviado.

Em 2018 teremos novas eleições. Que esses últimos anos de turbulência tenham servido de aprendizado para todos nós e que, nas urnas, tenha início o resgate da credibilidade e acreditação na classe política brasileira.

Janguê Diniz é chanceler da Universidade UNG. Fundador e Presidente do Conselho de Administração do Grupo Ser Educacional
janguie@sereducacional.com